

ENSINO NA PANDEMIA: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DURANTE A RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

RENATA KONRADT GÜTHS¹; MARIANA DA ROCHA MANKE²; SABRINA
BOBSIN SALAZAR³

¹ Universidade Federal de Pelotas – renataguths@hotmail.com

² Universidade Federal de Pelotas – mariana_manke@hotmail.com

³ Universidade Federal de Pelotas – salazar.ufpel@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

O Programa de Residência Pedagógica é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), que, de acordo com a Portaria Nº 38, de 28 de fevereiro de 2018 (BRASIL, 2018), tem por objetivo apoiar a implementação de projetos nas Instituições de Ensino Superior (IES), possibilitando a união da teoria à prática nos cursos de licenciatura, tendo como proposta, a participação em três módulos semestrais. Portanto, são realizadas parcerias com escolas públicas de educação básica, onde professores que possuem interesse e participem do edital de seleção, tornam-se preceptores, que possibilitam uma ponte entre o discente da universidade e a escola, assim como auxiliam na formação docente. Tem-se ainda os orientadores de área e coordenador institucional que organizam e coordenam o programa na IES.

No presente trabalho, iremos abordar a experiência de duas licenciandas em Matemática no Programa de Residência Pedagógica da Universidade Federal de Pelotas. Do período vivenciado, iremos relatar uma parte dela, que ocorreu de forma remota, em uma escola da rede municipal de Pelotas/RS, com a supervisão de uma professora preceptora.

A realização da regência durante o período da graduação é de tamanha importância, pois, assim, os residentes têm a oportunidade de estarem presentes no ambiente escolar, conhecendo o sistema educacional de perto, os desafios que são enfrentados pela comunidade escolar diariamente e as diferentes realidades presentes. Também, ao se tornar de fato parte do núcleo escolar, ocorrendo a participação nos conselhos de classe e discussões sobre o ensino de suas respectivas turmas, permite ao residente a oportunidade de experimentar a prática docente no âmbito geral. Sendo que, com o auxílio de um preceptor e de um orientador durante todo o período de regência, traz a possibilidade de solucionar qualquer dificuldade encontrada, auxiliando em momentos difíceis.

2. METODOLOGIA

A regência ocorreu em todos os três módulos semestrais, em escolas distintas, no primeiro e terceiro módulo em instituições de ensino fundamental e no segundo em uma escola de ensino médio. A proposta inicial, era realizar a residência durante todos os módulos no mesmo ambiente escolar, porém, as residentes autoras deste trabalho optaram pela troca de escola para que pudessem ter uma experiência docente em diferentes níveis escolares, neste caso, no Ensino Fundamental e Ensino Médio, vivenciando assim, diferentes realidades escolares.

Neste trabalho iremos expor as experiências vivenciadas no primeiro módulo, a qual foi a mais marcante para as residentes, cuja escola de atuação foi a Escola Municipal de Ensino Fundamental Luiz Augusto de Assumpção (Pelotas/RS), desenvolvido juntamente com outros dois residentes em uma turma do 8º ano. Os planos de aula eram elaborados conjuntamente, os quais eram feitos uma semana antes de serem repassados aos alunos, sempre com a supervisão da preceptora. Neste período, as aulas estavam totalmente remotas por decorrência da covid-19, pois, com o intuito de garantir o prosseguimento das aulas, o Ministério da Educação publicou a PORTARIA Nº 343, DE 17 DE MARÇO DE 2020 (BRASIL, 2020), na qual autorizava a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durasse a situação da pandemia do Novo Coronavírus, esta sendo a única alternativa aos alunos e professores em se comunicarem para o amplo desenvolvimento da educação.

O contato com a preceptora se deu principalmente pelo uso do aplicativo de mensagens *WhatsApp*, tanto individualmente, como coletivamente, em um grupo no aplicativo, houve também chamadas de vídeo (via *Google Meet*) para transmitir informações e decidir alguns planejamentos. Com os alunos, o contato foi somente via aplicativo de conversa, conforme colocado a atividade da semana, as quais eram no formato de foto, os alunos retornavam em conversa privada a resolução delas, e de acordo com esse retorno, era visto como foi o aprendizado do aluno, o que eles estavam conseguindo entender e onde poderíamos ajudá-los, fazendo sugestões, sanando dúvidas ou pedido que fizessem novamente, sugerindo a revisão de certos conceitos. Para auxiliar a compreensão dos alunos, muitas vezes, para explicar e tirar as dúvidas do conteúdo da melhor forma possível, houve o envio de áudios, fotos e vídeos curtos, resolvendo exercícios ou situações semelhantes relacionadas ao conteúdo, além disso, sugeriu-se muitas vezes vídeos de outros professores, particularmente considerados adequados, na plataforma *YouTube*.

Mesmo com o afastamento social, continuamos seguindo o currículo proposto, sendo assim, todos conteúdos ministrados, foram de acordo com a proposta curricular no Documento Orientador do Município de Pelotas (DOM) (PELOTAS, 2020), que foi elaborado a partir de outros documentos, como BNCC (BRASIL, 2017) e Referencial Curricular Gaúcho (RCG) (RIO GRANDE DO SUL, 2018). Os planejamentos das aulas eram realizados de forma que pudessem abranger duas semanas de aulas de matemática, por conseguinte, foram desenvolvidos cerca de 19 planos de aula até agosto de 2021.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer das experiências obtidas no programa, pôde-se perceber as inúmeras dificuldades que a pandemia acabou evidenciando, principalmente quanto ao ensino. Dentre elas, podemos destacar a precariedade no acesso às tecnologias, pois no período de ensino remoto era necessário que cada estudante possuísse acesso à dispositivo próprio e rede de internet. Sendo que muitas famílias são de baixa renda e foram afetadas com o desemprego causado pela pandemia, então não tinham como arcar com essas despesas.

Durante a nossa regência, muitos alunos não conseguiam enviar as atividades propostas no prazo determinado, pois não possuíam celular em boas condições ou acesso em tempo integral à internet. A partir dessa experiência, vimos a importância de políticas públicas muito bem estruturadas e pensadas

para todo meio educacional, de forma que não existam discrepâncias no acesso à tecnologia. É como afirmam Saviani e Galvão (2021, p. 38):

Mesmo para funcionar como substituto, excepcional, transitório, emergencial, temporário etc., em que pesem as discordâncias que temos com o ensino não presencial e que iremos abordar, determinadas condições primárias precisariam ser preenchidas para colocar em prática o “ensino” remoto, tais como o acesso ao ambiente virtual propiciado por equipamentos adequados (e não apenas celulares); acesso à internet de qualidade; que todos estejam devidamente familiarizados com as tecnologias e, no caso de docentes, também preparados para o uso pedagógico de ferramentas virtuais.

Além da dificuldade de acesso à tecnologia, houve, também, dificuldades dos alunos e dos professores para se adequarem, pedagogicamente, ao ensino remoto. O ensino emergencial, proposto remotamente, foi inserido nas escolas sem preparo tanto aos professores como aos alunos, estes tiveram que se adaptar e os docentes a buscarem qualificação por si próprios.

Além disso, alguns alunos não procuravam resolver suas dúvidas, outros relataram que seus responsáveis não conseguiam ajudá-los nas tarefas, pois

A organização do tempo do cotidiano familiar tornou-se tarefa de difícil conciliação, visto que todos os membros da família passaram a realizar suas demandas de trabalho e estudos num único ambiente, que por vezes os horários podem colidir aos interesses e obrigações individuais (LUNARDI et al., 2021, p.14).

Assim, a melhor forma de auxílio foi através de chat de conversa, que teve como ponto positivo a rapidez de resposta e a familiaridade em utilizá-la. Porém, como negativo, é uma ferramenta que não é voltada para o ensino, o que restringe em alguns aspectos. Por exemplo, fotos/vídeos/áudios deveriam ser baixados para poderem serem visualizados/reproduzidos, então nem todos alunos possuíam esse espaço de armazenamento em seus aparelhos, além de dados de internet para baixar os arquivos.

Um dos aspectos que foi vivenciado neste período e podemos ressaltar, é a desvalorização quanto a educação, principalmente relacionado ao papel do professor nas instituições escolares. Em particular, no período pandêmico, com a ausência das aulas presenciais, os professores foram vistos como pessoas que não estavam trabalhando ou não queriam trabalhar, mesmo que a realidade tenha sido muito diferente. Vemos que mesmo de forma não presencial, os professores são uma categoria que, com muitas dificuldades, acabaram trabalhando muito, como podemos ver segundo a reportagem do CPERS-Sindicato (2020) “Os números, no entanto, contrapõem a narrativa de setores que caluniam os profissionais da educação sugerindo que estes não querem voltar às aulas presenciais para “não trabalhar”. No qual traz uma síntese com vários dados relacionados à atuação dos docentes.

4. CONCLUSÕES

Com a realização do Projeto Residência Pedagógica, percebe-se a importância deste para a construção de um profissional mais capacitado, pois possibilita estar inserido no meio escolar, no período da graduação, a partir da regência em sala de aula, mesmo que em distanciamento social. Percebe-se a importância de estar alocado em um âmbito escolar, presenciando as consequências do afastamento social no ensino e vivenciando o ensino remoto na prática.

A pandemia nos trouxe um cenário educacional nunca pensado até então, fazendo com que os docentes estudassem os diferentes meios de possibilitar a aprendizagem dos alunos, e qual método seria o mais adequado em cada caso, levando em conta a situação sobre o acesso a recursos digitais. Nesse período, percebeu-se o déficit dos alunos da graduação em relação ao uso de recursos tecnológicos, voltados à educação básica.

Além disso, através da experiência de ensino, pôde-se obter um dos panoramas de como encaminhou-se o ensino nas escolas públicas, mostrando assim, as diversas nuances da docência, assim como, possibilitando uma breve compreensão sobre aulas remotas e sua aplicabilidade.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal do Ensino Superior. **Portaria Nº 38, de 28 de fevereiro de 2018.** Institui o programa Residência Pedagógica. Brasília, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** Educação Infantil e Ensino Fundamental. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Básica, 2017.

BRASIL. **Portaria Nº 343, de 17 de março de 2020.** Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais enquanto durar a situação de pandemia do Novo Coronavírus-COVID-19. Diário Oficial da União, n. 53, 18.03.2020, Seção 1, p.39. Brasília, DF, 2020.

CPERS-SINDICATO (Rio Grande do Sul). **98% dos professores da rede estadual estão trabalhando mais durante a pandemia.** 2020. Disponível em: <https://cpers.com.br/98-dos-professores-da-rede-estadual-estao-trabalhando-mais-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 17 mar. 2022.

LUNARDI, Nataly Moretzsohn Silveira Simões *et al.* Aulas Remotas Durante a Pandemia: dificuldades e estratégias utilizadas por pais. **Educação & Realidade**, [S.L.], v. 46, n. 2, p. 1-22, 2021. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236106662>. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-6236106662>. Acesso em: 5 mai. 2022.

PELOTAS. **Documento Orientador Municipal:** Referencial Curricular da Rede Municipal de Ensino de Pelotas, v. 1. Secretaria Municipal de Educação: Pelotas, 2020.

RIO GRANDE DO SUL. **Referencial Curricular Gaúcho:** Educação Infantil, v. 1. Secretaria de Estado da Educação: Porto Alegre, 2018.

SAVIANI, D.; GALVÃO, A. C. Educação na Pandemia: a falácia do 'ensino' remoto. In: **Universidade e Sociedade** ANDES-SN, ano XXXI, jan. 2021.